



ATA DE REUNIÃO - 15/06/2020

Às dez horas dos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, reuniuse por videoconferência, representantes da Comissão Socioambiental do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá e convidados. A reunião foi conduzida pelo Juiz Auxiliar da Presidência, Paulo Madeira, com participação de Tássia Brandão Freire - Diretora do Departamento de Compras e Contratos, Suzivaldo de Almeida Monteiro - Diretor do Departamento Administrativo, Adelson Armando Marques Anderson - Diretor da Secretaria de Gestão Processual Eletrônica, João da Silva Trajano - Diretor da Assessoria de Planejamento e Organização, Diego França da Silva - Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas e Samuel da Silva Carvalho - Gestor do Núcleo Socioambiental, e como convidados a Juíza Auxiliar da Corregedoria, Lívia Simone Oliveira de Freitas Cardoso, Esclepiades de Oliveira Neto - Juiz Titular do Juizado da Infância e Juventude: Área de políticas públicas e execução de medidas socioeducativas, Bernadeth Correa Farias - Diretora da Assessoria de Comunicação Social, Rosywan Cantuária da Silva Ferreira - Assessoria de Planejamento e Organização, Aloisio Miranda Menescal - Assessoria de Comunicação Social. A V Reunião da Comissão Socioambiental teve como objetivo tratar os seguintes assuntos: 1. Apresentação dos Relatórios dos Indicadores Socioambientais; 2. Prêmio CNJ de Qualidade 2020; 3. Meta 9: Agenda 2030 – 17 ODS; 4. LIODS (Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), para que com base nas informações, indicadores e proposições de melhorias socioambientais no âmbito do Tribunal de Justiça do Amapá e Comarcas o atendimento as exigências do CNJ fossem alcançadas. Iniciou-se com a palavra, a Juíza Lívia Simone sobre o LIODS CNJ – Laboratório de Inovação, Inteligência e ODS no que tange a sua criação e instalação, ainda como sugestão de inserção do núcleo de cooperação no LIODS para dar cumprimento ao provimento Nº 85 de 09/09/2019. O Juiz Esclepiades Neto explanou sobre o projeto do Laboratório de inovação gerencial e tecnologia da informação, enfatizou que o CNJ já tem instalação de um LIODS por meio do projeto da Conselheira Maria Tereza, e estimula a instalação de LIODS em todos os Tribunais do Brasil, em prosseguimento citou os Tribunais de justiça de Roraima e Rondônia que contam com um espaço para oportunizar a criação de produtos e serviços que serão utilizados no tribunal para a busca de melhoria do serviço pelo ponto de vista qualitativo e quantitativo e funcionam com linguagem horizontal, abrangendo magistrados, desembargadores, juízes e servidores, que tem mesmo espaço de fala para desenvolver e aplicar ferramentas, técnicas e fluxos de trabalho para atingir resultados, desta forma, os LIODS são Pluriprofissionais, multidisciplinares e atuam com vários profissionais, não só técnicos de informática, e enfatizou a importância do feedback do público interno e externo, assim sugeriu que o TJAP acompanhe os demais Tribunais quanto ao



LIODS e faça criação de produtos regionais. O Juiz Paulo Madeira comentou sobre como o TJAP pode usar com referência para implementar no LIODS e ainda, sugeriu quanto ao feedback a criação de uma caixinha de sugestão voltada ao público, com relação sobre o que esperam do TJAP e deste modo, sugeriu que este tema seja discutido em uma próxima reunião. Em seguimento, a Juíza Lívia debate sobre um estudo de um projeto sobre reciclagem para aplicar no TJAP, citando a agenda 2030 adotada pelo CNJ e da atenção que deve ser feita as ODS quanto as cidades sustentáveis e questão de resíduos, desta forma sugeriu sobre a reutilização/reciclagem de garrafas pet, pilhas e lixo eletrônico, e como seria interessante fazer parceria com alguma empresa que trabalhe com a reciclagem de lixo eletrônico, para aplicar no âmbito do Tribunal a política de reciclagem, incentivando o descarte inteligente em eco pontos dentro do Tribunal para captação destes materiais com destinação junto de parcerias para conscientizar a sociedade quanto ao meio ambiente. O Juiz Paulo Madeira explanou sobre isso e sugeriu o encaminhamento deste préprojeto para o Núcleo de Gestão de projetos da ASPLAN. A Juíza Lívia afirmou que encaminhará via Tucujuris para a formatação técnica. Dando seguimento, o Gestor do Núcleo Socioambiental, Samuel Carvalho explicou sobre como o Núcleo Socioambiental serve de apoio e pode ajudar na elaboração de projetos Socioambientais. e comentou a importância do engajamento do Tribunal para com o atendimento da Meta 9 do CNJ, que tange aos objetivos de desenvolvimento sustentável. O Juiz Esclepiades Neto explanou sobre a Justiça itinerante e Justiça restaurativa que podem somar a temática discutida entre a Juíza Lívia e o Servidor Samuel Carvalho para o atendimento da meta 9. O Diretor da Asplan, João Trajano ressaltou sobre a escolha do projeto mais consolidado e completo para o atendimento da Meta 9. Os Juízes Esclepiades Neto e Lívia Simone e o Juiz Auxiliar da Presidência, Paulo Madeira debateram sobre a escolha de dois projetos mais consolidados para apresentação da Meta 9. O Servidor Samuel Carvalho explanou sobre os prazos a serem cumpridos, a escolha de projeto e a elaboração do plano de ação, necessários para atender a Meta 9 dentro da exigências definidas pelo CNJ. Em seguimento com relação ao Prêmio CNJ de Desempenho de Sustentabilidade, o Servidor Samuel ressaltou sobre a relação de pontos obtidos serem baseados no consumo de materiais e levantou a importância de aplicar melhorias no âmbito socioambiental para melhoria do desempenho e colocação no ranking de tribunais para com o atendimento dos indicadores de avaliação estabelecidos, desta forma, sugeriu a melhoria das políticas socioambientais no Tribunal de Justiça do Amapá. O Juiz Auxiliar da Presidência, Paulo Madeira indagou se o resultado advém de problemática na falta de produção ou falha na transmissão de dados ao CNJ e citou o Servidor Adelson sobre o fluxo de informações que pode estar encarregado dos dados. Em resposta o Servidor Samuel explicou que o resultado é relacionado à produção e como sugestão o Tribunal pode estimular a publicação das suas ações.



Com relação a fala do Juiz, o Diretor da Secretaria de Gestão Processual Eletrônica, Adelson Marques apontou que os dados do Núcleo Socioambiental são de responsabilidade direta da ASPLAN, e salientou que o Tribunal atende as práticas de transparência, contudo, se for do interesse que seja acrescentada informações adicionais de ações socioambientais, que seja encaminhado o material para a publicação. O Juiz Auxiliar da Presidência, Paulo Madeira ressaltou a importância da comunicação entre SGPE e ASPLAN para manter a informação atualizada. O Senhor Adelson reforçou que já atende aos pontos de transparência do Socioambiental conforme solicitado pelo CNJ e caso necessário informações adicionais podem ser acrescentadas. A Diretora da Assessoria de Comunicação (ASCOM), Bernadeth Farias ressaltou sobre a

existência de um espaço para a Comissão Socioambiental por meio do DESIS no portal do TJAP. O Senhor Samuel enfatizou a necessidade de melhoria do acesso as informações Socioambiental por unidades com elaboração de questionários aplicados as suas necessidades e geração de relatórios individuais. O Senhor Adelson sugeriu que seria interessante automatizar os questionários em forma de relatórios das informações para gerar gráficos e melhorar o controle das informações. O Juiz Esclepiades Neto salientou a importância da ASCOM para prestação de informações ao Núcleo Socioambiental. Complementando, a Diretora do Departamento de Compras e Contratos, Tássia Freire discorreu sobre a delegação de responsabilidade de levantamento de informações da Divisão de materiais e assim encaminhar ao Núcleo Socioambiental. O Servidor Rosywan enfatizou que existe um sistema para automatizar as informações que foram citadas pelo Servidor Adelson, que está disponível para utilização. Prosseguindo a última pauta, o Servidor Samuel apresentou o Balanço Socioambiental com relatórios de desempenho dos indicadores de força de trabalho e indicadores de consumo de papel. A Servidora, Tássia Freire explanou sobre a importância de trabalhar principalmente com as unidades que mais demandam o consumo de papel para a implantação de um programa de incentivo de redução de uso dos materiais. A Servidora Bernadeth enfatizou sobre a existência de um projeto que seria implementado no Tribunal sobre um programa de incentivo de economia de materiais, que não teve andamento devido a pandemia da Covid-19. O Servidor Samuel reafirmou a fala da Servidora Bernadeth e prosseguiu com os indicadores de consumo de materiais, que estão muito altos e conseqüentemente impactam na questão financeira, por fim sugeriu uma próxima reunião para debater mais detalhadamente sobre o relatório. O Juiz Auxiliar da Presidência, Paulo Madeira, solicitou o envio dos relatórios dos Indicadores Socioambientais



aos componentes da Comissão e sugeriu a identificação dos pontos a serem melhorados para que sejam encaminhados as unidades que mais demandam materiais, para alinhamento as expectativas do CNJ. Deste modo, os presentes, chegaram-se à conclusão que se faz necessário debater mais profundamente sobre os pontos a serem potencializados e resolvidos em novas reuniões. Nada mais havendo a ser tratado a reunião foi encerrada, e lavrada a presente ATA, que, depois de lida e achada conforme, foi assinada.

PAULO CÉSAR DO VALE MADEIRA
Juiz Auxiliar da Presidência